



Handwritten signature: Olga Diniz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ, DE 28-02-2026.

(Redigida nos termos do art.º 57.º, n.º 1, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do art.º 53.º, n.º 1, do Regimento da Assembleia Municipal.) -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, pelas dezassete horas e trinta e três minutos, no Pavilhão Multiusos, em Vilarelhos, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos do artigo 30.º, n.º 1, alínea b) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no art.º 16.º, n.º 1, do Regimento, presidida pelo Presidente da Mesa, Francisco José Lopes, tendo como Primeiro Secretário, Carlos Manuel Gomes Alendouro e Segunda Secretária, Olga da Conceição Almeida Diniz. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por cumprimentar os membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e demais Vereadoras e Vereadores da Câmara Municipal, o público presente e o que acompanhava a sessão na página do facebook do Município, as e os funcionários de apoio e os técnicos de som e imagem. -----

----- De seguida informou o público presente de que existe um Período Aberto ao Público, após ser terminada a Ordem do Dia e que os interessados em intervir deveriam fazer a sua inscrição no impresso que existe para esse efeito e entregá-lo antes do final da última alínea da referida Ordem do Dia. -----

----- Esclareceu que, nos termos da legislação e do Regimento da Assembleia Municipal, não é permitido ao público qualquer manifestação, intervenção ou interrupção dos trabalhos, nem entradas e saídas na sala depois de iniciada a sessão, agradecendo que, em nome da dignidade do Órgão, estas indicações fossem seguidas com rigor. -----

----- Declarou aberta a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, do ano de dois mil e vinte e seis e como não se encontrasse presente a Senhora Deputada Municipal, Inês Alexandra Carvalho Herdeiro, Segunda Secretária da Mesa, nos termos do art.º 9.º, n.º 4, do Regimento, chamou para a substituir a Senhora Deputada Municipal, Olga da Conceição Almeida Diniz. -----

----- De seguida e dado que a Senhora Deputada Municipal, Inês Herdeiro, havia solicitado a sua substituição, nos termos do Regimento, procedeu-se à instalação do seu substituto, o Senhor Mário Telmo Lopes Legoinha que, após a confirmação da identidade e leitura do compromisso de honra, passou a exercer as funções de Deputado Municipal, com todos os direitos e deveres inerentes a esta função. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa passou depois a palavra à Segunda Secretária, para proceder à chamada dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Concluída a chamada e confirmada a existência de Quórum, o Senhor Presidente da Mesa deu continuidade aos trabalhos, com os pontos indicados na convocatória, e que são incluídos na presente ata. -----

----- Antes de entrar no Período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa sublinhou o facto de esta ser a primeira sessão da Assembleia Municipal que se realizava fora da sede do concelho, exatamente no ano em que se comemoram os 50 Anos do Poder Local Democrático e informou que o ato de reunir fora da sede do concelho não seria o único, ainda este ano, pretendendo-se desta forma, para além de dar mais oportunidades aos nossos munícipes de perceberem o que é este Órgão, permitir às Senhoras e Senhores Deputados Municipais conhecerem melhor o território do concelho e as suas realidades. -----

----- Agradeceu à Junta de Freguesia de Vilarelhos a colaboração para que esta primeira experiência se pudesse realizar e esclareceu que o espaço em que se realizava a sessão, sendo importante para a freguesia, poderia não ter as mesmas condições do local habitual na sede do concelho, considerando que por vezes é necessário sair da zona de conforto para

Alfândega da Fé
Dini?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

conhecer a realidade, assegurando, por conhecimento próprio, que até mil novecentos e noventa e três, ano em que foi inaugurada a Biblioteca Municipal, a Assembleia Municipal funcionou numa sala que não tinha melhores condições do que esta, referindo-se ao antigo Salão Nobre da Câmara Municipal. -----

----- A seguir, deu início aos trabalhos, conforme se segue. -----

----- **1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** (art.º 24.º, 25.º e 39.º do Regimento). -----

----- **a) INFORMAÇÕES GERAIS E EXPEDIENTE;** -----

----- Relativamente às substituições e justificações, todas as ausências das Senhoras e Senhores Deputados Municipais foram justificadas e efetuaram-se as substituições solicitadas nos termos regimentais, conforme se descremina: Elisabete de Lurdes Valente Neves, Deputada Municipal eleita, substituída por Gil Miguel Branquinho Ginja, cuja verificação de identidade e legitimidade havia sido efetuada na sessão anterior; Inês Alexandra Carvalho Herdeiro, Deputada Municipal eleita, substituída por Mário Telmo Lopes Legoinha, cuja verificação de identidade e legitimidade foi efetuada no início desta sessão; Mónica Andreia Ribeiro Cortinhas, Deputada Municipal e Presidente de Junta da União de Freguesias de Parada, e Sendim da Ribeira, que se fez substituir por Catarina Silva Torres; João Baltazar Gregório Gabriel, Deputado Municipal e Presidente de Junta da União de Freguesias de Gebelim e Soeima, que se fez substituir por Hélio José Madureira Aires; e Elisabete Maria Videira Inês Lourenço, Deputada Municipal e Presidente de Junta da União de Freguesias de Pombal e Vales, que se fez substituir por Diamantino Mário Soeiro Lopes. -----

----- A Senhora Vereadora Antónia Rosa Morais Vilares justificou igualmente, por escrito, a sua ausência. -----

----- Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa informou sobre a sua atividade de representação no período entre a anterior sessão ordinária e esta: dia 25 de janeiro, na *Arrematação em honra do padroeiro de Cerejais*, iniciativa da Junta de Freguesia; dia 6 de fevereiro, no *Congresso Implicate*, iniciativa do Pólo de Cultura e Ciência, na Casa da Cultura; dia 25 de fevereiro, na *inauguração do Pólo de Cultura e Ciência*, na Biblioteca Municipal; dia 26 de fevereiro, no *Congresso Boas Práticas Públicas com os Maiores*, iniciativa da Liga dos Amigos do Centro de Saúde, na Casa da Cultura. -----

----- Sobre o expediente informou da entrada de um ofício da CPCJ, pedindo a substituição de Simone Isabel Soeiro Amaral, assunto que figura na Ordem do Dia, de uma Moção aprovada pela Assembleia Municipal de São Pedro do Sul, em 19 de dezembro de 2025, exigindo ao Governo, ao ICNF e às entidades competentes, medidas para controlo das populações de javalis e mecanismos rápidos e justos de indemnização aos proprietários e de um ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé, que leu, por não ser extenso e dizer respeito às Juntas de Freguesia e União de Freguesia do concelho, tendo o seguintes teor: -----

----- *"A Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé dirige-se a Vossa Ex.ª com o objetivo de, através de si, poder sensibilizar as Juntas das União de Freguesia e Freguesias para o estabelecimento de uma parceria, através de protocolo ou usando uma figura prevista nos nossos estatutos (as Juntas de Freguesia de Alfândega da Fé, Eucísia, Sambade e Vales já são sócias) com o objetivo de podermos estreitar relações de colaboração mais direta, respondendo desta forma positiva a algumas solicitações (o que sempre fizemos – corte de árvores em cemitérios, desobstrução de vias de comunicação, etc.). Para o efeito seria estabelecida uma quota mensal, o ideal era que esse valor fosse de cem euros porque dessa forma tornava-se possível assumir o compromisso para a aquisição de uma viatura de saúde, oferecendo mais e melhor qualidade de serviço de transporte de doentes". -----*

----- Como a Senhora Presidente da União das Freguesias de Pombal e Vales estava substituída pelo membro da Junta, Senhor Diamantino Mário Soeiro Lopes, que é o Presidente da Direção daquela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, o Senhor Presidente da Mesa informou-o de que no momento de tratar dos assuntos de interesse para o



Star signature
Olga Diniz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

concelho poderia explicar melhor o que aquela Associação pretendia e deixou votos de que as Freguesia e Uniões de Freguesia tivessem em atenção este apelo, dada a relevância concelhia daquela instituição. -----

----- b) APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES; -----

----- A primeira ata dizia respeito à Quinta Sessão da Assembleia Municipal, realizada em vinte e sete de dezembro, de dois mil e vinte e cinco e o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém da Assembleia pretendia pronunciar-se sobre a mesma. Não havendo inscrições procedeu-se à votação, pelo método regimental de braço no ar, tendo sido aprovada por **MAIORIA**, com 1 (uma) abstenção e 26 (vinte e seis) votos a favor. -----

----- A segunda ata dizia respeito à Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em doze de janeiro de dois mil e vinte e seis, especificamente para se proceder à votação para a eleição do Presidente da CCDDR-Norte e, como não houvesse intervenções sobre a mesma, foi colocada à votação, pelo mesmo processo anterior, tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**, com 27 (vinte e sete) votos a favor. -----

----- c) APRECIÇÃO E TRATAMENTO DE ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL PARA O MUNICÍPIO. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que havia dois Votos para apresentar, um primeiro de Congratulação, apresentado pela bancada do Partido Socialista e solicitou que alguém dessa bancada procedesse à sua leitura, o que foi feito pelo Senhor Deputado Municipal, Luís Branco, tendo o texto o seguinte teor: -----

----- "VOTO DE CONGRATULAÇÃO. -----

----- A Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, vem, por este meio, expressar público reconhecimento e congratulação à Dra. Mónia Martins, jovem natural do concelho de Alfândega da Fé, pela atribuição do prestigiado Christo Balarew Award 2025, galardão concedido pela *International Union of Pure and Applied Chemistry (IUPAC)*. -----

----- Esta distinção internacional reconhece o trabalho científico de excelência desenvolvido pela Dra. Mónia Martins enquanto jovem cientista e investigadora no CIMO - Centro de Investigação de Montanha, do Instituto Politécnico de Bragança, nas áreas da solubilidade e dos equilíbrios químicos, evidenciando o seu rigor, dedicação e elevado mérito académico. -----

----- Para o concelho de Alfândega da Fé constitui motivo de grande orgulho ver reconhecido, a nível internacional, o talento, a competência e o empenho de uma jovem do nosso concelho, cujo percurso honra a nossa terra e inspira as gerações mais novas a prosseguirem estudos e carreiras de excelência. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, reunida em sessão ordinária em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e seis, delibera: -----

----- 1. Congratular-se com a atribuição do Christo Balarew Award 2025 à Dra. Mónia Martins; -----

----- 2. Manifestar publicamente a relevância do seu percurso académico e científico, que prestigia o concelho de Alfândega da Fé; -----

----- 3. Endereçar à Dra. Mónia Martins os mais sinceros parabéns por esta notável conquista, formulando votos de contínuo sucesso pessoal, académico e profissional." -----

----- Lido o texto, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém da Assembleia pretendia pronunciar-se sobre o mesmo e, não havendo inscrições, procedeu-se à votação, pelo método regimental de braço no ar, sendo este voto de Congratulação aprovado por **UNANIMIDADE**. -----

----- Passou depois ao segundo Voto, que foi lido pela Senhora Deputada Municipal, Carla Franco, e tinha o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE RECONHECIMENTO. -----

Off. Dini?

S. R.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Entre a segunda quinzena de janeiro e a primeira de fevereiro, do presente ano, o país atravessou um período climatérico complexo, pouco habitual e cujas consequências ainda se fazem sentir em muitas zonas, onde a normalização demorará mais tempo a ser atingida. -----

----- No concelho de Alfândega da Fé o pior contratempo foi a queda de neve e o consequente constrangimento na circulação rodoviária, para além de um prolongado período de chuvas persistentes que afetaram sobretudo os trabalhos agrícolas, tendo-se registado a necessidade de realojar uma família. -----

----- No centro do país, o dia vinte e oito de janeiro foi dramático e os efeitos da depressão Kristin, a que se seguiram outras, assumiram níveis de destruição a que ninguém estava habituado. -----

----- A seguir, devido à chuva intensa e prolongada, como não se registava há quase meio século, vieram as cheias, que atingiram de forma muito crítica as maiores bacias hidrográficas do país e agravaram ainda mais os prejuízos para as populações, empresas, instituições e municípios. -----

----- Manifestando o seu profundo pesar por quase duas dezenas de vítimas mortais em consequência destes acontecimentos e expressando a sua solidariedade a pessoas, empresas, instituições e municípios, que viram os seus bens e territórios tão gravemente afetados, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé quer igualmente manifestar o seu reconhecimento a instituições, empresas e pessoas deste concelho que zelaram pelos nossos Municípios e se empenharam na corrente de solidariedade para com as zonas mais afetadas do país: -----

----- Ao Serviço Municipal de Proteção Civil, nomeadamente aos Bombeiros Voluntários e à Guarda Nacional Republicana, pela prontidão informativa aos municípios, preocupações de segurança e eficácia na manutenção da circulação rodoviária nos troços afetados nas estradas municipais e na nacional 315, durante os períodos de queda de neve na zona da Serra de Bornes; -----

----- À Câmara Municipal e à Delegação Concelhia da Cruz Vermelha Portuguesa, pelo seu envolvimento na operação distrital de solidariedade às populações atingidas pelas tempestades que afetaram particularmente a região centro do nosso país; -----

----- Às Juntas de Freguesia do concelho que aderiram a este gesto de solidariedade para com aquelas populações do centro de país; -----

----- Às Empresas locais, Ferreira & Bebião, AMP Construções, Probloc – Materiais de Construção, e Mário Vilarés – Materiais de Construção, pelo importante contributo solidário no fornecimento de materiais de construção para apoiar as famílias cujas habitações sofreram danos avultados; -----

----- Aos funcionários do Município que, por solicitação da Agência para a Reforma Tecnológica do Estado, I.P., entre os dias dezoito e vinte e sete de fevereiro, de forma alternada, constituíram o grupo de apoio às Juntas de Freguesia mais afetadas pelas intempéries, nos concelhos de Ourém e Miranda do Corvo: Sandro Macedo, Hélder Rego, Alexandra Castilho, Tânia Esteves, Telma Figueiredo, Liliana Pinheiro e Deolinda Jacinto. -----

----- Mais delibera esta Assembleia Municipal, que às instituições, empresas e pessoas do concelho aqui mencionadas, seja dado conhecimento oficial deste Voto de Reconhecimento". -----

----- Lido o texto, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém da Assembleia pretendia pronunciar-se sobre o mesmo e, não havendo inscrições, procedeu-se à votação, pelo método regimental de braço no ar, sendo este voto de Congratulação aprovado por **UNANIMIDADE**. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa solicitou às Senhoras e Senhores Deputados Municipais que se inscrevessem para intervir nesta alínea do Período de Antes da Ordem do Dia e de seguida deu a palavra, pela ordem de inscrição. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Deputado Municipal, Orlando Borges, apresentou os cumprimentos a todos os presentes e às pessoas que acompanhavam pela rede social facebook e congratulou-se com a realização da primeira sessão da Assembleia Municipal fora da sede do concelho, no caso em Vilarelhos, após 50 anos de instalação do Poder Local, considerando que isso ficaria na história. -----

----- Explicou depois que pretendia dar nota, porque assim o indica o Regimento, da primeira Assembleia Intermunicipal da CIM-TTM, realizada no dia doze de janeiro, em Bragança, onde está eleito por esta Assembleia Municipal, juntamente com o Senhor Deputado Municipal, José Joaquim Almendra: foi efetuada a eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal, sendo apresentadas duas listas, uma encabeçada pelo Deputado Pedro Santos, de Vila Flor, como lista A e outra, a lista B, liderada por ele próprio, sendo vencedora a lista A; elegeu-se o Secretariado Executivo da própria CIM-TTM, onde se manteve o Eng.º Caseiro e o Eng.º Manuel Miranda, que ocupam este lugar há doze anos; no resto da ordem do dia o tema foi sobretudo sobre a questão das barragens e dos pagamentos devidos aos municípios; pessoalmente questionou o Presidente sobre o que a CIM-TTM estaria a fazer, no sentido de que os impostos devidos fossem pagos à nossa região, tendo aquele comunicado que se havia constituído como assistente no processo e aguardava que a lei se cumprisse e a Autoridade Tributária desse lugar a esta cobrança de impostos, que é o que todos esperam. -----

----- O Senhor Deputado Municipal, José Almendra, apresentou os cumprimentos a todos os presentes e às pessoas que acompanhavam pela rede social facebook e de seguida leu a sua intervenção, que aqui se transcreve, a partir da gravação da sessão: -----

----- *"Hoje é, de facto, um dia especial, e é-o particularmente para esta freguesia, para a minha Freguesia de Vilarelhos. Realiza-se aqui a primeira reunião descentralizada da Assembleia Municipal, fora da sede de concelho de Alfândega da Fé. Este é um momento simbólico, mas também profundamente político. Significa aproximar o Poder Local das pessoas, dos territórios e das suas realidades concretas.* -----

----- *A bancada do PSD-CDS/PP sempre apoiou iniciativas que promovam uma política mais próxima da população, mais participada e mais atenta às especificidades de cada freguesia.* -----

----- *Esta medida não foge à regra, é uma decisão que saudamos e que acreditamos contribuir para valorização e dignificação do Poder Local.* -----

----- *Aproveito também esta oportunidade para partilhar algumas reflexões sobre a nossa Freguesia.* -----

----- *Vilarelhos possui um património natural e paisagístico que constitui um dos seus maiores ex-libris: o miradouro de Nossa Senhora dos Anúncios e a barragem. São locais de culto, de encontro, de lazer e de contemplação, onde se desfruta de uma paisagem deslumbrante sobre o vale. São, sem dúvida, dos principais cartões de visita da freguesia e do concelho.*

----- *Contudo, aquilo que deveria ser motivo de orgulho coletivo, apresenta hoje sinais evidentes de abandono. Falta investimento público, falta visão estratégica, falta valorização de um espaço com um enorme potencial turístico e económico.*

----- *É urgente requalificar a área envolvente; precisamos de pensar este espaço como um polo de atração e dinamização. Por que não estudar a criação de uma piscina flutuante? Um percurso pedonal estruturado, um parque de apoio a Auto caravanistas?* -----

----- *São apenas sugestões, mas refletem uma ideia essencial: este espaço pode, e deve ser, o motor de desenvolvimento local.* -----

----- *Outro tema que merece atenção é a viação rural. Reconheço o esforço da Junta de Freguesia na manutenção regular dos caminhos, mas é necessário ir além da solução imediata. Passar a buldózer de dois em dois anos não resolve estruturalmente o problema e em Vilarelhos temos essa prova, pois o ano passado foram limpos os caminhos, vieram as*

Alfândega
Diário

S. R.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

chuvas e já temos outra vez os caminhos num caos e em muitas situações não se consegue transitar sequer com carros de tração, tem de ser mesmo de trator. -----

----- Portanto, precisamos de uma estratégia a médio longo prazo, a criação de infraestruturas de drenagem, construção de valetas de escoamento eficazes, mesmo que seja feito de forma faseada. Se todos os anos forem intervencionados troços devidamente infraestruturados, ainda que modestos, estaremos a caminhar para uma solução duradoura e sustentável. -----

----- Também a habitação em Vilarelhos exige uma reflexão séria. Reconheço o trabalho desenvolvido no âmbito da habitação social, nomeadamente através do programa do 1.º Direito, financiado pelo Estado. Este esforço é importante e deve ser valorizado. Contudo, a realidade mostra-nos que a oferta de terrenos e condições para nova construção é limitada. Um jovem que queira construir aqui a sua primeira habitação, enfrenta obstáculos muito superiores aos de quem escolhe a sede do concelho ou uma cidade próxima e, assim, em vez de criarmos incentivos à fixação da população, estamos inadvertidamente a empurrá-los para fora. Quem é da terra tem conhecimento de alguns casos, certamente. -----

----- Se queremos combater a desertificação, temos de agir de forma coerente. Não basta afirmar essa intenção, é preciso criar condições concretas: disponibilização de terrenos, simplificação de processos, incentivos à construção e à reabilitação. Porque o futuro de Vilarelhos e do nosso concelho depende da capacidade de fixar jovens, atrair famílias e gerar oportunidades. -----

----- Hoje, ao reunir aqui, estamos a dar um sinal positivo, mas que este não seja apenas um gesto simbólico, porque de palavras bonitas já estamos cheios. Muito obrigado. -----

----- O Senhor Deputado Municipal, Diamantino Lopes, apresentou os cumprimentos a todos os presentes e às pessoas que acompanhavam a sessão em suas casas e declarou que era uma honra estar a participar nesta sessão da Assembleia, que pela primeira vez reunia fora da sede do concelho, uma boa iniciativa, devendo continuar-se a reunir nos locais onde existam condições para tal. -----

----- Considerou que hoje tinha havido a oportunidade de enriquecer ainda mais este tipo de sessão, pois, uma vez que uma das Secretárias da Mesa estava a faltar, tinha ficado bem chamar a Presidente de Junta para a Mesa, em vez de outro Deputado qualquer. Disse que sabia existir um preconceito em relação ao valor dos Deputados Municipais e aos Presidentes de Junta, pensando-se que estes são membros da Assembleia de segunda, e não são. Os Presidentes de Junta são os membros da Assembleia de primeira, porque eles é que representam efetivamente as populações, enquanto que os Deputados Municipais foram eleitos à "molhada". De qualquer forma, era bom que no futuro, nas outras freguesias onde as sessões acontecerem, esteja presente na Mesa, ainda que seja supranumerário, o Presidente da Junta dessa Freguesia ou União de Freguesias. -----

----- O segundo assunto que pretendia abordar era aquele que o Senhor Presidente da Mesa referiu, relativamente ao ofício que a Direção da Associação dos Bombeiros Voluntário dirigiu à Mesa, no sentido de sensibilizar os Senhores Presidentes de Junta, para se fazerem sócios da Associação, sócios coletivos, ou então através de protocolo, porque isso permitiria saber o dinheiro com que contavam para gerir, pois com dinheiros públicos o fundamental é sabermos sempre qual é a receita e gastar-se de acordo com a mesma e assim se poderem assumir os compromissos, nomeadamente aquele que foi indicado no ofício lido, que era a aquisição de uma viatura para transporte de doentes e dessa forma prestar-se um serviço ainda de melhor qualidade. Feito o esclarecimento deixou a disponibilidade para, a todo o momento, fazer o esclarecimento a qualquer instituição ou pessoa, independentemente de serem membros de Juntas de Freguesia, ou Deputados Municipais, ou cidadãos que não participam nestas sessões. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O terceiro assunto tinha a ver com a estrada do Pombal. A estrada do Pombal para Alfândega, ou vice-versa, era um objetivo já bastante antigo, ainda formulado no tempo em que ele próprio era Presidente de Junta e enalteceu a ousadia que o Executivo Municipal teve, independentemente das candidaturas, ou dos apoios a que se possa candidatar, sabendo que não existem, em levar a bom porto a execução daquela obra. Ela caminha agora para a sua conclusão final e bem sabia que havia lá dois ou três buraquinhos, que até teve de circular muito devagarinho para os ver, de tal forma que até o Senhor Vereador tomou conta do assunto; mas são tão pequeninos que achava nem se justificar isso, pois seguramente não cairia em nenhum, mas se isso acontecesse assumia o compromisso de que a Junta de Freguesia pagará os pneus que estragarem os buracos que lá estão agora. De qualquer forma, concluiu, era bom que o Senhor Vereador tivesse estado atento, porque em outros tempos, noutras estradas, deixaram-se passar buracos que deveriam ter sido corrigidos e não foram. Pediu depois ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que visse aquelas duas ou três situações para que fossem corrigidas. -----

----- A Senhora Deputada Municipal, Célia Pancha, Presidente da Junta de Freguesia de Vilarelhos, começou por cumprimentar todos os presentes e as pessoas que acompanhavam pela rede social facebook e de seguida leu a sua intervenção, que aqui se transcreve, conforme o original entregue: -----

----- *“Em nome da Freguesia agradeço terem escolhido esta freguesia para receber a primeira Assembleia Municipal descentralizada; para nós é uma honra que esta nova experiência tenha início na nossa freguesia. -----*

----- *Vilarelhos é uma freguesia que vive quase exclusivamente da agricultura, como diz a letra do hino desta freguesia, «seduzes com teus encantos, coberta de verdes mantos és rainha e és senhora». Verdes mantos que deram lugar a um negro profundo depois do grande incêndio que devastou uma grande mancha dos terrenos cultivados desta aldeia, sem dúvida um dos dias mais negros desta freguesia. -----*

----- *Com esta fatalidade se prende o meu primeiro pedido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng. Eduardo Tavares: pedimos ajuda para reparar algumas zonas que se encontram mais danificadas nos caminhos agrícolas, para que os agricultores não encontrem dificuldades em aceder aos seus terrenos. Quando falamos em caminhos, temos de falar nas passagens dos ribeiros, que estão há muito identificadas, à espera de serem realizadas. -----*

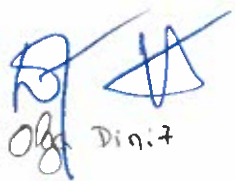
----- *Pergunto, Senhor Presidente, o que esta fatalidade veio alterar, quais as medidas a serem implementadas para minimizar estes acontecimentos? -----*

----- *Esta freguesia está agradecida pela conclusão da primeira fase de ampliação do cemitério, mas pedimos ao Senhor Presidente alguma urgência no lançamento do concurso para a segunda fase da obra. -----*

----- *O outro pedido acaba por, de alguma forma, ser um problema transversal a todo o concelho, que são os cabos da fibra ótica utilizados pelas diferentes operadoras; estes cabos interferem com as atividades diárias das pessoas, obrigando-as a estarem sempre atentas, para não afetarem o serviço de ninguém. Só para terem uma ideia, um camião de transporte de madeira, ao passar na avenida Eng.º Camilo de Mendonça, deixou cinco pessoas sem serviço de fibra. Senhor Presidente se existir alguma forma de alterar esta situação, ficamos agradecidos. -----*

----- *A nossa freguesia precisa de algumas obras urgentes, como a reparação do parque infantil, a reparação da estrada para o Santuário, o calçamento de duas ruas, a construção de um cais de carga e descarga, a construção de um armazém. Se temos dinheiro para isto? Não, Senhor Presidente. Se precisamos de ajuda financeira, técnica e de mão de obra? Sim, precisamos. -----*

----- *Vou terminar agradecendo ao Executivo toda ajuda que tem dado à Freguesia de Vilarelhos, sempre que solicitamos têm estado presentes. -----*


Obr. Di. 7

S. R.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Agradeço pela nova vida que vão dar à Casa Montenegro, e desafio o Senhor Presidente a desenvolver um projeto para dar também uma nova vida à Escola Primária de Vilarelhos. -----

----- Termino como iniciei, agradecendo a presença de todos e apelar para que visitem a nossa freguesia, participem nas nossas atividades, ajudem a dar vida às aldeias. Obrigado." -----

----- Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Mesa disse que tinha tomado em boa nota o que o Senhor Deputado Municipal, Diamantino Mário Lopes, disse sobre a questão da Mesa. Era evidente que existia uma definição institucional sobre a constituição da Mesa, que legalmente tinha um Presidente e dois Secretários, não dando lugar a ter mais alguém se, frisou, isso não estivesse previsto do Regimento, o que dependia da Assembleia. No entanto, sobre a questão de os Presidentes de Junta, eventualmente, serem considerados, ou não considerados, como devem ser, esclareceu que o Regimento desta Assembleia Municipal só na última revisão, de dezembro de dois mil e vinte e cinco, passou a ter um ponto em que todos os seus membros, independentemente de serem eleitos de forma direta, ou serem de forma indireta, que é o caso dos Presidentes de Junta, são tratados por Deputados Municipais. Houve, portanto, atenção a esse assunto e ele próprio, como defensor do Poder Local Democrático que sempre foi, não faria nunca essa desfeita aos Presidentes de Junta, até porque reclamava, muitas vezes, que os Municípios fazem às Juntas de Freguesia o que o Governo de Lisboa faz aos Municípios. -----

----- De seguida passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, caso pretendesse responder a alguma das questões que os Senhores Deputados Municipais haviam colocado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou os cumprimentos a todos os presentes e às pessoas que acompanhavam pela rede social facebook e declarou que se associava também a este dia muito especial, a primeira vez que a Assembleia Municipal reúne fora da sede do concelho, em cinquenta anos do seu funcionamento, neste caso em Vilarelhos, mérito da Assembleia Municipal, do seu Presidente e dos restantes membros, pelo que deixava os parabéns por este ato de proximidade. -----

----- Declarou igualmente que queria associar-se aos votos de congratulação e de reconhecimento que haviam sido aprovados anteriormente, por serem mais do que justos, em primeiro lugar à Dr.ª Mónia Martins, uma jovem cientista, que é um bom sinal de que neste concelho há gente com grande valor. Destacou igualmente o trabalho das nossas instituições e dos funcionários do Município que fizeram um trabalho brilhante e informou que há dois dias havia recebido no seu gabinete um telefonema da Agência para a Reforma Tecnológica do Estado, dando os parabéns, e vão fazê-lo por escrito, por considerarem louvável e de grande qualidade o trabalho que os técnicos do Município fizeram no terreno. -----

----- Relativamente às questões colocadas, disse ao Senhor Deputado Municipal, José Almendra, que ele sabia bem do que a aldeia de Vilarelhos necessitava, pois já foi Presidente da Junta e sabia o que ficou por fazer e o que é necessário fazer. Sabia igualmente que levanta as questões de forma construtiva e agradecia-lhe por isso, sendo certo que há muita coisa por fazer, mas, apesar dos tempos difíceis, achava que ninguém negaria que o seu Executivo Municipal não deixou Vilarelhos para trás e enumerou alguns aspetos: a valorização do património; a realização do festival transfronteiriço PAN-Vilarelhos; o regadio do Vale da Vilarça, de que Vilarelhos faz parte e teve nos últimos anos vários projetos; na habitação é sabido que é a aldeia do concelho em que será feito o maior investimento, sete apartamentos, estando essa obra prestes a começar, faltando o visto do Tribunal de Contas, esperando que seja uma obra revolucionária, que traga mais pessoas, mais famílias. -----

----- Relativamente à estrada Pombal-Alfândega da Fé, agradeceu as palavras do Senhor Deputado Municipal, Diamantino Mário Lopes, mas declarou que não tinha feito mais do que a sua obrigação, pois era um compromisso e essa estrada é muito importante para a circulação de Pombal, mas também de todo o concelho. Confirmou ser verdade que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

depois das últimas intempéries a estrada apresenta três buracos, mas a obra não estava terminada; o empreiteiro já fez a marcação central e obviamente não sairá sem fazer aquelas correções, até porque a obra tem de ser entregue ao Município e essas situações serão acauteladas. -----

----- Sobre a intervenção da Senhora Presidente de Junta de Vilarelhos, agradeceu-lhe e à sua equipa o trabalho que tem sido feito nos últimos doze anos. Vilarelhos, com mais duas ou três situações no concelho, é das freguesias com menos FEF, menos dinheiro, embora sejam aldeias importantes, como também Vilares da Vilariça e Vilarchão, pelo que é normal que tenham mais dificuldades em fazer pequenas obras, pequenos trabalhos, mas o Executivo Municipal, dentro das possibilidades, não tem esquecido esta aldeia. Referiu de seguida que a primeira fase da obra do cemitério estava feita e que a segunda fase avançaria em breve com o lançamento do concurso e que, em reunião com a Senhora Presidente de Junta, havia assumido o compromisso de realizar algumas travessias nos ribeiros, pois os caminhos agrícolas na freguesia são muito importantes, por se tratar de uma zona de excelência agrícola, mas há dois anos asfaltou-se uma rua de acesso a um desses importantes caminhos agrícolas. Os projetos dessas travessias vão ser feitos em breve, com apoio da Associação de Municípios da Terra Quente, havendo duas situações que são prioritárias. -----

----- Acerca da construção de um armazém deixou a sua disponibilidade para apoiar a Junta de Freguesia, considerando que esse espaço faz falta, aqui e em todas as freguesias; sobre a Escola Primária, que é um património importante, pois é arquitetura Adães Bermudes e só há duas no concelho, concordou que era importante fazer uma intervenção, sendo necessário procurar um programa no próximo quadro comunitário para esse efeito; acerca da questão da fibra ótica, reconheceu o problema, algo que há uns anos teve de se combater em Alfândega da Fé, pois havia muita anarquia, desorganização e facilitismo, com várias empresas a prestar serviço e por vezes os cabos pareciam “estendais de roupa”, e pediu à Senhora Presidente de Junta de Vilarelhos e a todos os restantes, que estivessem atentos a estes problemas e os comunicassem ao Executivo Municipal, pois já se resolveram algumas situações junto de empresa responsável e, na verdade, quando é chamada tem havido colaboração; quanto aos caminhos rurais, é sabido que a Câmara Municipal tem uma máquina de rastros nova, já adquirida mais ainda não recebida, seria em fevereiro, mas passou para abril e certamente com ela se melhoraria um pouco esse tipo de trabalhos, mas em situações mais graves, solicitava aos Presidentes de Junta que fizessem chegar essas preocupações, sabendo-se que depois do inverno os caminhos ficam sempre mais degradados, o que acontece em Vilarelhos e em todo o lado. -----

----- Ainda sobre os caminhos rurais disse que provavelmente para além dos trabalhos habituais teria de se ter outro nível de intervenção mais duradoura. -----

----- Terminou agradecendo novamente à Senhora Presidente da Junta de Vilarelhos o trabalho realizado, de proximidade, de atenção com as pessoas, de preocupação em pedir sempre mais para Vilarelhos, mas como se anunciam tempos melhores, seguramente se fará mais. -----

----- Antes da entrada no ponto seguinte, o Senhor Presidente da Mesa informou os Deputados Municipais, Senhora Célia Pancha e Senhor José Almendra, de que, se assim o entendessem, poderiam enviar os textos que leram para um dos mails utilizados pela Assembleia Municipal, para constarem na íntegra na ata da sessão. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou novamente a palavra, para esclarecer uma questão levantada pelo Senhor Deputado Municipal, José Almendra, relativamente às novas construções em Vilarelhos e, considerando que esse problema existia, explicou que existiam alguns fatores a considerar, como tratar-se de uma área incluída na Região Demarcada do Douro-Património Mundial da UNESCO e haver grandes propriedades à volta da aldeia que condicionam muito, mas no âmbito da última revisão do PDM foi a única aldeia onde a área do perímetro urbano aumentou, precisamente


Olga Diniz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

para se melhorar essa questão. Também se alargou a área de reabilitação urbana, (ARU) a todas as aldeias, com benefícios para quem reabilita as suas habitações. -----

----- O Senhor Deputado Municipal, José Almendra, pediu novamente a palavra, para dizer que quando se vinha a uma freguesia, referindo-se ao Executivo Municipal, se deveria trazer um plano de investimentos, que supunha existisse para todas as freguesias e que a oposição para fazer um bom escrutínio, deveria ter acesso a esses planos. Sabe que vai haver também reuniões de Câmara descentralizadas e podem ser uma oportunidade para apresentar esse plano de investimentos. Disse ainda que enquanto Vereador questionou sempre o facto de nos Planos e Orçamentos não virem discriminadas as verbas das Freguesias; os Presidentes de Junta acabam por estar um pouco às cegas e era importante ver se se conseguia melhorar esta questão. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa passou então ao ponto seguinte. -----

----- **2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (art.º 25.º e 39.º do Regimento). -----

----- **a) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO** – art.º 25.º, n.º 2, alínea c), do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do assunto, de cuja intervenção se resumiram os aspetos essenciais que foram destacados, uma vez que o documento integral estava na posse dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por explicar que a presente informação tinha um enfoque nos últimos dois meses e estava a ser adaptada à nova estrutura orgânica do Município, pretendendo-se uma informação mais coerente. -----

----- Destacou as atividades do Gabinete de Estratégia e Candidaturas Municipais, onde estão os maiores projetos, havendo várias empreitadas a decorrer, nomeadamente: Estradas Municipais ainda não terminadas; Zona Industrial, 2.ª fase, cuja conclusão está planeada para maio, faltando várias obras e tendo sido acrescentada uma fase complementar para enterrar a linha de média tensão, melhorando assim a disponibilização dos lotes; a Praia Fluvial de Santo Antão da Barca, a decorrer a bom ritmo, até com uma ligeira percentagem de execução acima do previsto, apesar de alguns trabalhos imprevistos que surgiram, pretendendo-se que esteja concluída no verão de 2027; o 1.º Direito está em execução, embora com alguma derrapagem e, como disse anteriormente, à espera do visto do Tribunal de Contas para começar também a construção de sete apartamentos em Vilarelhos, havendo outro lote para iniciar em Alfândega da Fé, para quinze habitações, mas o concurso ficou deserto, estando a estudar-se uma solução, nomeadamente a adjudicação direta de alguns lotes, o que é permitido legalmente, e reavaliar os preços, para ver se é possível encontrar empreiteiro interessado; a Escola de Vilarchão, que está em execução e a bom ritmo. -----

----- Informou que havia um conjunto de obras em preparação para serem lançados os concursos: requalificação das Piscinas Municipais, Complexo Desportivo de Alfândega da Fé; requalificação dos edifícios do Município, atuais Paços do Concelho e antiga Câmara; trabalharam-se com a Associação de Municípios e as Juntas de Freguesia vários projetos para execução, desde caminhos, edifícios próprios, escolas primárias e também a reabilitação de estradas municipais, pois neste caso a Câmara Municipal pretende estar preparada para reabilitar todas as que são necessárias, para poder, quando possível, fazer empréstimos nesse sentido; explicou que iria haver algumas reduções do FEDER no financiamento de alguns projetos, da Câmara e das Juntas, tendo a CCDR-N e também a Comissão Europeia obrigado a reduzir verbas para serem alocadas à habitação, sendo que o dinheiro retirado será dado em dobro, para investimento na habitação; sobre o regadio deu conta de que a Barragem de Gebelim continua em execução, apesar de algumas dificuldades técnicas



Olga Diniz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

conhecidas, que estão a ser resolvidas, estando planeado avançar já com a rede de rega Vilarchão-Parada a partir de abril, tratando-se de uma obra muito grande, com frentes de trabalho em vários locais. -----

----- Na divisão de Desenvolvimento Humano e Social destacou algumas das atividades desenvolvidas: a programação do Carnaval, as "Burricadas", que se realizaram pela segunda vez, tendo tido muita adesão das pessoas, das associações, dos empresários, a quem se agradece a colaboração, nomeadamente ao Senhor Fernando Dias, o pai do nosso carnaval; a abertura do Pólo da Universidade Aberta em Alfândega da Fé, um importante passo para termos mais uma instituição pública de ensino superior na nossa região, a que o Município se associa, fazendo deste Pólo um local de dinamização cultural e científica, esperando-se que também contribua para a fixação dos jovens no nosso concelho. -----

----- Na nova Unidade de Urbanismo e Território referiu as dificuldades, no passado, em relação aos vários pedidos dos Municípios na área do urbanismo, esperando que o reforço de recursos humanos efetuado e que vai continuar a ser feito, melhore ainda mais esse atendimento, embora considere que esta área do urbanismo do Município de Alfândega da Fé tem sido exemplar, a muitos níveis, nos últimos anos, na resposta às principais solicitações dos empresários e comerciantes e dos municípios de uma forma geral. -----

----- Informou que iria ser reativado o Concelho Cinegético Municipal, há uns anos fora de funcionamento, tendo havido reuniões com as Associações de Caça e sendo um dos assuntos na sessão de hoje. -----

----- Na Unidade de Obras e Serviços Urbanos destacou a continuidade do bom trabalho que tem vindo a ser realizado para a manutenção da qualidade da água do nosso concelho, da que chega às torneiras das nossas casas; em 823 colheitas/análises, registaram-se apenas três incumprimentos, tendo o relatório a sua identificação e as medidas tomadas para resolver cada situação, podendo dizer-se que temos água de grande qualidade nas nossas casas. -----

----- Na Gestão e Administração, que engloba a parte financeira, destacou a evolução favorável e a redução da dívida em finais de dois mil e vinte e cinco, abaixo já do índice de excesso de endividamento, em cerca de seiscentos mil euros, (em setembro eram trezentos mil euros); o Município está com 1,42 de índice de endividamento, abaixo de 1,5 que corresponde ao excesso de endividamento, sendo este o caminho a continuar, com a consolidação das contas, pois este ano de dois mil e vinte e seis queremos que seja o ano da saída formal do excesso de endividamento. -----

----- Falou de seguida das rendas e das barragens, um assunto que tem abordado nas reuniões de Câmara e em algumas sessões de Assembleia Municipal, a luta que os municípios têm vindo a travar há vários anos, especialmente os do Baixo Sabor, nesta grande injustiça que o Estado e os vários Governos fizeram com a nossa região; embora esteja previsto na legislação o pagamento de rendas das barragens, desde 2011 que isso não acontece e, no caso de Alfândega da Fé e do Baixo sabor, nunca se receberam essas rendas; insatisfeitos com essa situação, reclamou-se, falou-se com o anterior Ministro do Ambiente, pediu-se um parecer jurídico e daí resultou um parecer da Procuradoria Geral da República, que dá razão aos Municípios; as rendas ainda não foram pagas, disse, sendo certo que será uma luta que terá de ser continuada nos próximos meses, ou até anos. -----

----- Relativamente às outras matérias de impostos informou que também não se desistia e estava agendada uma reunião com a Diretora Geral da Autoridade Tributária para fazer o ponto da situação sobre os impostos devidos da venda das seis barragens por parte da EDP. -----

----- Terminou, ficando à disposição para as questões que lhe fossem colocadas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa perguntou de seguida se alguém da Assembleia pretendia intervir. -----

----- Inscreveu-se o Senhor Deputado Municipal, Gil Ginja, que começou por cumprimentar todos os presentes e as pessoas que acompanhavam pela rede social facebook e, disse, tendo ouvido atentamente as declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, tinha várias questões a colocar. -----


Of. Dini?

S.  R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A primeira era sobre o Santo Antão da Barca e gostaria de saber por que razão a Confraria do Santo Antão, que era a dona da obra, até à data não tinha sido mencionada nos discursos, nem no início da obra, nem na continuação da obra e queria saber se havia algum motivo particular para isso. -----

----- Segundo aspeto, O Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha voltado a falar sobre o regadio Vilarchão-Parada e ele ficou estupefacto por ainda estar mencionado Parada neste regadio, porque não há um metro quadrado que esteja abrangido pelo mesmo, pelo que gostaria de saber porque se continuava a chamar dessa forma e, não tendo nada contra as pessoas de Vilarchão, mas somente para saber, já que vão começar as obras, onde andam as obras na Parada? -----

----- Para concluir agradeceu a descentralização da Assembleia Municipal e gostaria que também fosse noutras aldeias e que seja para continuar. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões do Senhor Deputado Municipal, Gil Ginja. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse que, relativamente à Praia Fluvial do Santo Antão, esclarecia o Senhor Deputado Municipal, Gil Ginja, que o dono da obra é o Município, não é a Confraria, pois, desde o início, nos acordos de compensações, ficou decidido que o dono da obra seria o Município e que, depois de ela estar concluída haveria uma reunião para discutir o futuro e funcionamento daquela infraestrutura. -----

----- Relativamente ao regadio, a designação é Vilarchão-Parada, e é assim que iria continuar a chamar-se, pois um projeto de regadio não nasce de um dia para o outro, obedece a vários estudos, não é como fazer um armazém ou uma casa num terreno próprio; um perímetro de rega com aproveitamento hidroagrícola, faz-se através de um estudo, têm que se estudar várias coisas e este projeto nasceu dessa preocupação, de regar o planalto Vilarchão-Parada e o objetivo era regar a maior área possível. Contudo, como a solução foi fazer a barragem no local onde está a construir-se, por ser onde era viável e cumprisse as regras prevista na Autoridade Nacional para a construção de barragens, ela ficou com uma determinada altitude e por cada quilómetro de conduta adutora existe perda de pressão, pelo que se verificou que só era possível regar até à cota 540, o que, infelizmente, ditou que uma boa parte da área de Parada tivesse ficado de fora. Adiantou ainda que já tinha explicado esta questão em vários fóruns e que estava disponível para continuar a explicar, pois era o seu dever e que para além de grande parte da área da Parada também ficou de fora uma área importante em Vilarchão, nomeadamente na zona da Legoinha. Só se pode regar até àquela cota, acrescentou, mas isso não invalida que no futuro, e no âmbito já da gestão da Junta de Agricultores, se possa, de forma precária, alargar o regadio a cotas superiores, desde que haja disponibilidade de água a montante. Informou ainda que dos cerca de 500 hectares de Parada que estavam previstos estão contemplados dez ou quinze hectares. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa respondeu também ao Senhor Deputado Municipal, Gil Ginja, dizendo-lhe que a descentralização da Assembleia Municipal é para continuar e que a intenção é fazer uma sessão em cada Freguesia ou União de Freguesias durante o presente mandato, desde que haja condições para tal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu depois a palavra ao Senhor Deputado Municipal, Telmo Legoinha, que cumprimentou todos os presentes e as pessoas que acompanhavam pela rede social facebook e disse que tinha apenas uma pequena questão relativamente à saída do excesso de endividamento, algo que certamente deveria satisfazer todos os alfandeguenses, mas a questão é saber, em termos práticos, o que isso significa. O que é que mudará para os Municípios e que medidas diferentes o Município vai poder implementar. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões do Senhor Deputado Municipal, Telmo Legoinha, pedindo-lhe alguma brevidade. -----



Olga D. 12

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal considerou a questão bem colocada, pois a saída do excesso de endividamento vai ter impactos positivos no Município, mas também nos Municípios. Em primeiro lugar, haverá mais autonomia e liberdade, ficando-se fora dos requisitos do programa de ajustamento municipal, que obriga ao lançamento de impostos na taxa máxima e uma das questões que podemos continuar a fazer é baixa-los, nomeadamente o IMI, a Derrama e também o IRS, o que se poderá fazer a partir de dois mil e vinte e sete, retomando o que já se fez no passado. Havendo projetos importantes, financiados, o Município poderá contrair empréstimos para se candidatar e terá mais liberdade na gestão corrente, podendo transferir mais verbas para as Juntas de Freguesia, apoiar mais as nossas instituições pois essa é uma parte que tem aparecido sempre no vermelho nos relatórios que vêm à Assembleia, onde não se tem conseguido baixar os custos, até porque não se quis abandonar essa vertente. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a explicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal e passou à alínea seguinte. -----

----- b) PROPOSTA DE PROGRAMA PARA AS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO, APRESENTADA PELA RESPECTIVA COMISSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que todos tinham o documento e enalteceu a forma como funcionou esta Comissão, a quem deu os parabéns; foram efetuadas quatro reuniões e cumpriu-se o prazo que foi determinado para apresentar uma proposta que foi trabalhada em consenso e discutida em conjunto, sendo certo que o trabalho não acabou, apenas começou, pois agora é preciso executar o programa, pelo que a Comissão vai manter-se em funcionamento e reunirá sempre que os seus membros entenderem que é necessário. -----

----- Perguntou depois à Assembleia se alguém pretendia intervir sobre o assunto, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, Diamantino Lopes. -----

----- O Senhor Deputado Municipal, Diamantino Mário Lopes, reconheceu que não tinha acompanhado de perto este trabalho da Comissão, mas que lhe parecia que a programação estava demasiado centrada nos eleitos locais. O Senhor Presidente da Mesa interrompeu o Senhor Deputado Municipal para esclarecer que a Comissão era exatamente sobre os 50 Anos do Poder Local Democrático, tendo o Senhor Deputado Municipal continuado, sendo de opinião que o Poder Local Democrático também se constrói sobre as Associações existentes no concelho e exemplificou com os Bombeiros, a Santa Casa da Misericórdia, a Cruz Vermelha, todas as que existem, de dimensão concelhia ou mesmo de freguesia, pois o Poder Local também se construiu com base nas suas dinâmicas. Portanto, no seu entendimento, não ficaria mal que houvesse uma referência a este conjunto de pessoas que se envolveram nas dinâmicas das diferentes associações que existem ao nível do concelho e ao nível da freguesia. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção e esclareceu que o Poder Local Democrático, tal como está definido na Constituição da República Portuguesa, não inclui as associações, mas se falarmos de Democracia e do desenvolvimento da sociedade democrática aí sim, as associações têm tido um papel relevante, e é indiscutível que o Poder Local funciona com todas estas associações, aliás, até as potencia e as torna possíveis. Portanto, uma coisa não contradiz a outra, mas neste momento temos este programa, que é dedicado aos eleitos locais, o que não quer dizer que, no âmbito deste, ou de outro, a Assembleia Municipal não tenha em atenção que o que fez a Democracia nos últimos cinquenta anos não foram apenas as Autarquias Locais, embora elas tenham tido um papel fundamental nesse sentido, pelo que pessoalmente tomava em boa nota aquela intervenção e um dia poderia pegar-se na temática e fazer um levantamento das associações, as que existem e as que existiram e, sobretudo, as pessoas que nelas se envolveram, pois são as pessoas o centro do programa em apreço, estando a efetuar-se o levantamento dos eleitos no concelho ao longo dos últimos cinquenta

Off. Diniz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

anos, que serão setecentas ou oitocentas pessoas e é a todas elas, aos que estamos cá hoje e aos que estiveram no passado, que devemos o concelho que somos hoje. -----

----- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação esta alínea, pelo método regimental de braço no ar, tendo o Programa das Comemorações dos 50 Anos do Poder Local Democrático sido aprovado por **UNANIMIDADE**, passando-se à alínea seguinte. -----

----- **c) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - art.º 79.º, n.º 3, do mesmo Regimento;** -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explicou que a alteração proposta tinha ido à Comissão Permanente e resultava de uma proposta anteriormente apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Morais, tendo-se posteriormente acertado o artigo onde a mesma deveria figurar e perguntou à Assembleia se alguém pretendia intervir sobre o assunto.

----- Inscreveu-se o Senhor Deputado Municipal Daniel Martins que, após cumprimentar os presentes, solicitou que os documentos para a Ordem do Dia das sessões fossem enviados o mais cedo possível. O que consta do regimento são três dias, mas sugeriu que nem que se deixassem alguns pontos para sessão posterior deveriam chegar mais cedo, para haver tempo de leitura dos mesmos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que a recomendação ficava registada pela Mesa e, certamente, também pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e que, pela sua parte, tem sido bastante insistente nessa matéria, pois gosta de cumprir horários e prazos e, de facto, todos teriam de fazer um grande esforço, incluindo os próprios serviços da Câmara Municipal. Acrescentou ainda que se desculpava um pouco a situação, devido às alterações orgânicas dos serviços, que ainda estariam a acontecer, mas esperava e tudo faria para que os prazos do Regimento se cumprissem. -----

----- Não havendo mais inscrições, O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta de alteração ao Regimento à votação, pelo método regimental de braço no ar, tendo a mesma sido aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que, tendo-se terminado as alterações ao Regimento, o novo texto seria enviado para todos e posteriormente haveria de se publicar num pequeno livro e passou à alínea seguinte. -----

----- **d) PROJETO DE REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A JUNTAS DE FREGUESIA OU UNIÕES DE FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ - nos termos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alínea g) e no art.º 33.º, n.º 1, alínea k), ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentar este assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal recordou que tinha assumido na sessão da Assembleia Municipal, de setembro de dois mil e vinte e cinco, trazer aqui este Regulamento, pois ele não existia no Município e, genericamente, o que se pretendia era regular os apoios a prestar às Juntas de Freguesia. A proposta de Regulamento esteve em discussão pública, não tendo havido sugestões de alteração e foi também apresentada recentemente numa reunião com os Presidentes de Junta. -----

----- Destacou que a Câmara Municipal continuaria a prestar os apoios de carácter geral às Freguesias, como consta do documento e da mesma forma o apoio logístico, não financeiro, que já se vem fazendo e criou-se uma novidade que é a possibilidade, num futuro breve, se poder inscrever uma verba no Orçamento Municipal, para distribuir pelas Freguesias, de forma proporcional e equitativa, mediante o seu FEF, para trabalhar apoios de contratos de colaboração, que estão previstos neste Regulamento. A vontade do Executivo Municipal é que no próximo ano possa ser inscrita essa verba no Orçamento Municipal. O regulamento prevê também a delegação de competências da Câmara nas Juntas de Freguesia, algo que é possível e está previsto na lei e já se fez no passado. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Exposto o assunto pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se havia intervenções sobre este assunto. -----

----- Inscreveu-se o Senhor Deputado Municipal, José Almendra, e disse que, tendo sido Presidente da Junta, sabia qual era a dificuldade de gerir um orçamento baixo, como era o caso de Vilarelhos e, obviamente, esta relação da Câmara com as Juntas era extremamente importante e o Regulamento vinha pôr um pouco de ordem no assunto. -----

----- Acrescentou que, desde dois mil e dezassete, o Senhor Vereador Vítor Bebianco também tem vindo a debater este assunto e há muito tempo que se vem dizendo que era importante fazer uma transferência para todas as Juntas de Freguesia, o que nem sempre foi bem acolhido, mas está agora a ser e seria também bem acolhido pela sua bancada. ---

----- Apresentou de seguida uma questão, que considerou pertinente, mas não sabia se podia resolver-se desta forma, que era o facto de as Uniões de Freguesia, com todo o respeito por elas, terem um orçamento maior que as Freguesias, algumas grandes, como Sambade, Vilarelhos, Vilarchão e Vilares da Vilariça, com um orçamento muito reduzido, sendo muito mais difícil trabalhar, pelo que, sendo possível, o Regulamento deveria possibilitar um orçamento parecido ao das Uniões de Freguesia. Referiu ainda não se tratar de tirar às Uniões de Freguesias, mas acrescentar um pouco às Freguesias que têm um orçamento significativamente mais baixo. -----

----- Interveio de seguida o Senhor Deputado Municipal, Diamantino Mário Lopes, que declarou concordar plenamente como o que o Senhor Deputado José Almendra sugeriu na sua intervenção, pois deveria haver uma discriminação positiva aos mais pequenos, mas estava-se fora do tempo, pois, se o documento esteve em discussão pública, era nesse momento que a sugestão deveria ter sido apresentada e não acrescentava mais nada, porque ele próprio se demitiu de o fazer nesse momento. -----

----- De seguida, interveio o Senhor Deputado Municipal, Orlando Borges, que considerou estar o Regulamento bem feito, pois permite que nele caibam todos os apoios que a Câmara possa dar às Freguesias, sejam monetários ou logísticos. No entanto, parecia-lhe que estava apenas a focar-se a questão na transferência de fundos do Município para as Freguesias e não era apenas isso. Sabe-se que *"a manta é curta"*, se vai tirar-se de um lado vai ter que ficar destapado o outro, mas o Regulamento uniformiza os procedimentos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra, para dizer que estas questões eram pertinentes e o Regulamento não encerrava o assunto, pois no futuro podiam fazer-se alterações, correções ou ajustamentos e era bom que se fosse conversando sobre estas matérias. O Regulamento, acrescentou, é bastante amplo e é verdade que o PSD pretendeu que ele existisse anteriormente, mas estava-se sobre a alçada de um programa de ajustamento financeiro e isso não era permitido fazer-se, tendo-se dito sempre que logo que fosse possível seria feito e por isso hoje se apresentava o mesmo regulamento. -----

----- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa, declarando que, havendo diálogo, sempre se conseguem encontrar as melhores soluções para resolver os problemas da população do concelho, colocou à votação, pelo método regimental de braço no ar, o Regulamento para atribuição de apoios a Juntas de Freguesia ou Uniões de Freguesias do Município de Alfândega da Fé, tendo o mesmo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. -----

----- **e) CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO PARA O QUADRIÉNIO 2026-2029** - nos termos do disposto no art.º 58.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e do art.º 25.º, n.º 1, alínea s), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- O Senhor Presidente da Mesa começou por explicar que esta proposta era da Câmara Municipal, mas decorria da própria legislação, que definia quem eram os membros do Conselho Municipal da Educação, uns por inerência, outros por indicação das instituições consideradas e na leitura que havia feito, identificou que o documento incluía, talvez por lapso,

Olga Dias

S. R.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

uma pessoa que não faz parte, por inerência, deste Concelho, concretamente o Senhor 1.º Secretário da Mesa, pelo que, o que se iria votar não incluiria essa situação, não se criando obstáculo à entrada em funcionamento de um órgão tão importante como este. Passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentar o assunto.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou para passar a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, por ser a pessoa que tem trabalhado este assunto. -----

----- A Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal cumprimentou todos os presentes e as pessoas que acompanhavam pela rede social facebook, deixando um cumprimento especial às pessoas de Vilarelhos. -----

----- Explicou, de seguida, que se tratava de um procedimento habitual em início de mandato constituir o Conselho Municipal da Educação, um órgão que reúne ordinariamente no início do ano letivo e no fim e, sendo um órgão consultivo, emite parecer sobre assuntos tão importantes como a Carta Educativa, a Rede Escolar e a Ação Social Escolar. Nesse sentido, dada a sua importância, os membros que fazem parte deste órgão devem ser assíduos e participativos, pois os pareceres podem alterar algumas políticas de articulação entre o Município e o nosso Agrupamento de Escolas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se alguém pretendia intervir sobre este assunto, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, Diamantino Lopes. -----

----- O Senhor Deputado Municipal, Diamantino Lopes, declarou que o tema lhe interessava, pois era a sua atividade profissional e fazia parte do Órgão, não tendo sido a Assembleia Municipal que o elegeu. O que lhe parecia era que a alínea e) e f) da Ordem do Dia não estavam bem formuladas pois a Assembleia Municipal só tinha de eleger o Presidente de Junta que vai integrar o Órgão, porque os outros elementos já estão por outra razão qualquer, nomeadamente eleitos pelos seus pares, como foi o seu caso, ou por inerência, pelo que a alínea e), no seu entendimento, não fazia muito sentido, pois a Assembleia, quando muito, poderia retificar a proposta. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que era obrigatório, de acordo com a legislação, que a Câmara Municipal apresentasse à Assembleia Municipal, para aprovação, a Constituição do Conselho Municipal da Educação e a mesma legislação determina igualmente que à Assembleia Municipal compete eleger um Presidente de Junta para integrar o Órgão. Portanto, a Ordem do Dia está de acordo com o que a legislação prescreve. -----

----- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação, pelo método regimental de braço no ar, a proposta de constituição do Conselho Municipal da Educação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. ----

----- **f) ELEIÇÃO DE 1 PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS, PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO** - nos termos do disposto no art.º 57.º, alínea d), do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro; -----

----- Entrado no tratamento do assunto desta alínea f), o Senhor Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se havia propostas para a referida eleição, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal, Orlando Borges. -----

----- O Senhor Deputado Municipal, Orlando Borges, apresentou a proposta do grupo municipal do Partido Socialista, que indicava o nome da Senhora Maria Manuela Gonçalves Pereira Fernandes, Presidente de Junta da Freguesia de Sambade. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se havia mais alguma proposta e, como não houvesse, perguntou novamente à Assembleia se a votação poderia ser pelo método de braço no ar, tendo havido unanimidade nesse sentido. A proposta foi colocada à votação tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa declarou que, com esta eleição da Senhora Deputada Municipal Maria Manuela Gonçalves Pereira Fernandes, a Assembleia Municipal passava a ter mais uma pessoa em sua representação e, portanto, abrangida pela disposição regimental que indica que deve reportar a este Órgão a sua atividade. -----



Olga Piniz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- g) **RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAL DA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – 2025** - em cumprimento do disposto no art.º 18.º, n.º 2, alínea j), da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro; -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que se tratava de um assunto para conhecimento e que o documento estava muito bem elaborado, tendo no final um resumo que informava de forma mais simples a atividade da CPCJ, perguntando à Assembleia se alguém pretendia intervir. -----

----- Como não houve inscrições, o Senhor Presidente da Mesa declarou que a Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO**, do referido relatório, passando à alínea seguinte. -----

----- h) **DESIGNAÇÃO DE NOVO MEMBRO PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ DE ALFÂNDEGA DA FÉ** - nos termos do disposto no art.º 17.º, n.º 1, alínea l), da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro; -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explicou que desde dois mil e dezoito que as bancadas do PPD/PSD-CDS-PP e do Partido Socialista tem estado de acordo no sentido de os quatro membros que a Assembleia Municipal designa para a Comissão Alargada da CPCJ, dois serem apresentados por uma bancada e os outros dois pela outra e quando algum dos apresentados por uma bancada sai e é substituído, é essa mesma bancada que indica o nome. No caso concreto, a pessoa a substituir foi indicada pelo Partido Socialista, competindo a essa bancada a indicação de outro nome. -----

----- O Senhor Deputado Municipal, Orlando Borges, pediu a palavra e apresentou o nome da bancada do Partido Socialista, a Senhora Tânia Patrícia Gomes Esteves, licenciada em Serviço Social, a desempenhar funções no Serviço de Ação Social do Município de Alfândega da Fé desde dois mil e vinte e um. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que o assunto poderia não carecer de votação, mas tendo consultado o histórico destes casos nas atas da Assembleia Municipal, verificou que se tem votado, pelo que colocaria à votação, pois isso também legitima a participação da pessoa no referido órgão. Nesse sentido colocou à votação, pelo método regimental de braço no ar, tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE** a designação da Senhora Tânia Patrícia Gomes Esteves para a Comissão Alargada da CPCJ de Alfândega da Fé. -----

----- i) **ELEIÇÃO DE 1 PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS, PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ** - nos termos do disposto no art.º 154.º, alínea d), do Decreto-Lei n.º 227-B/2000, de 15 de setembro; -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que a criação e funcionamento deste Conselho Municipal era da competência da Câmara Municipal, que o tinha reativado, competindo à Assembleia Municipal eleger o seu representante, nos termos da legislação, pelo que entendeu não ser necessário dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, perguntando de imediato se havia propostas para apresentar. -----

----- Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal, Orlando Borges, que apresentou a proposta do Partido Socialista, com o nome de Vítor Batista Saro, Presidente de Junta da Freguesia de Cerejais. -----

----- Não havendo mais propostas, o Senhor Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se havia concordância em votar-se pelo método de braço no ar e, registando-se unanimidade nesse sentido, procedeu-se à votação, tendo o candidato Vítor Baptista Saro, Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Cerejais, sido eleito por **UNANIMIDADE**. -

----- j) **DECLARAÇÕES DE 2025** - nos termos do art.º 15.º, n.º 2, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

----- O Senhor Presidente da Mesa passou a esta alínea j), que tratava de um assunto para conhecimento da Assembleia Municipal, mas deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, de forma breve e rápida, explicar o que eram as Declarações 2025. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que se tratava de declarações obrigatórias que tinham de ser emitidas no final de cada ano civil relativamente a três aspetos da área financeira: os compromissos plurianuais que o


Alga Dini

S.  R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Município tem, os pagamentos em atraso e também os recebimentos em atraso; essas declarações são enviadas para os órgãos competentes, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se havia alguma intervenção e, como não houvesse, declarou que a Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** das referidas "Declarações de 2025", passando de imediato à alínea seguinte. -----

----- **k) ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – 2025** - nos termos do art.º 10.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio; ---

----- O Senhor Presidente da Mesa declarou que este documento era igualmente para conhecimento da Assembleia Municipal, mas deu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, de forma breve e rápida, explicar do que tratava o mesmo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal reforçou que o assunto vinha apenas para conhecido e já havia sido aprovado em reunião de Câmara Municipal e trata-se de um Estatuto que o Município de Alfândega da Fé nos últimos anos tem cumprido escrupulosamente, quer de forma formal, quer informal, reuniões de Câmara, Assembleias Municipais, na informação que a Oposição vai solicitando. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se havia alguma intervenção e, como não houvesse, declarou que a Assembleia Municipal **TOMOU CONHECIMENTO** do documento sobre o cumprimento do Estatuto da Oposição – 2025, passando de imediato à alínea seguinte. -----

----- **l) PROPOSTA DE MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2026 – 3.ª ALTERAÇÃO – 1.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2025-2029** - art.º 25.º, n.º 1, alínea a) do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que o assunto era para aprovação e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para o apresentar. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que era uma proposta de alteração do Orçamento Municipal para dois mil e vinte e seis, sendo a terceira alteração, mas a primeira modificativa, ou seja, com alteração dos montantes globais daquele orçamento. Acrescentou ainda que esta modificação é proposta essencialmente pelo facto de ter havido uma receita extraordinária, com a qual não se contava quando se fez o Orçamento, proveniente da CCDD-Norte, resultante de uma divisão de verbas entre os Municípios, que sobrou do quadro comunitário anterior – PT-20/20, cabendo ao de Alfândega da Fé quatrocentos e seis mil euros. Como atualmente se está no PT-20/30, não existindo nenhuma rubrica relativamente ao programa anterior, tem de se dar entrada da receita, registar e inscrever no Orçamento, o que só é possível com esta revisão modificativa, aproveitando-se para registar o saldo de gerência, que já se sabe qual é, no valor de setecentos e setenta e cinco mil euros. Esclareceu que esse saldo não pode ser todo utilizado, pois uma parte diz respeito a operações de Tesouraria, mas podem utilizar-se quinhentos e noventa e sete mil euros, reforçando-se o Orçamento Geral em mais um milhão de euros, o que permitirá reforçar rubricas importantes da atividade municipal, económicas, culturais, projetos, quer do Município, quer das Freguesias e também o aumento do valor dos apoios que se pretendem transferir para as mesmas, assim como a criação de novos regulamentos e o reforço de outros já existentes, na área da Cultura e Ciência, no apoio à Economia local e o apoio à Natalidade no concelho. -----

----- Concluída aquela intervenção, o Senhor Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se havia intervenções sobre este assunto, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal, José Almendra. -----

----- O Senhor Deputado Municipal, José Almendra, referiu que sobre este ponto havia um pormenor técnico que não tinha sido acautelado, pois ao abrigo do art.º 31.º da Lei 53/2014 [de 25 de agosto], para ser aprovado carecia de um parecer técnico do FAM. Como não se recebeu parecer técnico nenhum, entendia que o ponto teria de ser retirado, por



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Alfândega da Fé' and 'Pimenta'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

haver um incumprimento, e voltar numa próxima sessão, já com esse parecer, informando que a sua bancada não poderia votar nestas circunstâncias. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou ao Senhor Presidente da Mesa intenção de responder, o que fez de imediato, afirmando que não era verdade o que havia sido dito. O FAM tinha sido consultado, até para ajudar a fazer a proposta de revisão. Se estivesse em causa a alteração de rubricas, de projetos financiados, sim, o Senhor Deputado Municipal tinha toda a razão, mas estamos a falar de receita corrente que vai ser distribuída, não sendo necessário esse parecer prévio vinculativo, mas ficava a nota. Informou ainda que ele próprio tinha contactado o FAM e não era obrigatório o referido parecer. -----

----- O Senhor Deputado Municipal José Almendra pediu novamente a palavra para dizer que a sua bancada tinha vontade de aprovar, mas não o iria fazer, pois decorria do regime jurídico e acreditando no que referiu o Senhor Presidente da Câmara, sobre a consulta ao FAM, deveria ter sido enviada essa informação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa interveio, dizendo ao Senhor Deputado José Almendra que tinha a possibilidade de votar contra, de se abster ou de votar a favor. O Documento tinha vindo do Executivo Municipal onde havia sido aprovado por unanimidade, pelo que se iria proceder à sua votação, sendo que cada Deputado Municipal votaria como entendesse porque, havendo ilegalidade, quem votar a favor assume as suas responsabilidades, pelo que não retiraria o ponto da Ordem do Dia. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa colocou a Proposta de Modificações aos Documentos previsionais de 2026 – 3.ª Alteração – 1.ª Alteração Modificativa do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano de 2025-2029, à votação, pelo sistema regimental de braço no ar, tendo sido aprovada por **MAIORIA**, com 9 (nove) votos contra da Senhora e Senhores Deputados Municipais, António Joaquim Oliveira, Carina Alexandra Caseiro Victor, Carlos Manuel Mesquita Morais, Daniel Guedes dos Santos Martins, Gil Miguel Branquinho Ginja, José Joaquim Reboredo Almendra, Nelson Octávio Pinto Damasceno, Manuel João Almeida Lopes e José Alberto Reis, duas abstenções da Senhora e do Senhor Deputado Municipal, Maria Manuela Gonçalves Pereira Fernandes e Pedro Nuno Pimentel Alves e 16 (dezasseis) votos a favor, dos restantes Deputados Municipais presentes na sessão. -----

----- m) **1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2026** - nos termos do disposto nos art.º 28.º e art.º 29.º, n.º 5, ambos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e art.º 25.º, n.º 1, alínea o), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

----- O Senhor Presidente da Mesa continuou os trabalhos com a alínea m) e sobre o assunto deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para informar sobre o mesmo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que Mapa de Pessoal é um documento de gestão dos recursos humanos do Município, sendo também um documento muito dinâmico, tendo sido aprovado há alguns meses atrás, mas havendo agora necessidade de algumas atualizações, nomeadamente a consolidação das alterações à Estrutura Orgânica, com nomeação de novos dirigentes, a reafectação de alguns recursos humanos em mobilidade e ainda alguns lapsos que havia no mapa, com situações que não foram consideradas na última aprovação. Acrescentou ainda que, com estas alterações, não há qualquer aumento líquido de postos de trabalho, uma vez que os novos recrutamentos que constam da Ordem do Dia desta sessão já estavam aprovados no mapa anterior. Disse igualmente que a dinâmica deste mapa pode levar a novas alterações, pois basta que alguém se reforme para isso acontecer, pelo que é necessário ir fazendo estas atualizações, sempre que necessário. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se havia alguém que quisesse intervir sobre este assunto e, como ninguém se inscreveu, colocou a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2026 à votação, pelo sistema regimental de braço no ar, tendo sido aprovado por **MAIORIA**, com 10 (dez) abstenções, da Senhora e Senhores Deputados


Olga Diniz

S.  R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Municipais, António Joaquim Oliveira, Carina Alexandra Caseiro Victor, Carlos Manuel Mesquita Moraes, Daniel Guedes dos Santos Martins, Gil Miguel Branquinho Ginja, José Joaquim Reboredo Almendra, Nelson Octávio Pinto Damasceno e Manuel João Almeida Lopes e 15 (quinze) votos a favor. -----

----- O Senhor Deputado Municipal e 1.º Secretário da Mesa, Carlos Alendouro, não se encontrava presente no ato de votação e o Senhor Deputado Municipal, José Alberto Reis, não exerceu o seu direito de voto. -----

----- n) **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAR TRÊS ASSISTENTES OPERACIONAIS NA ÁREA DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, ATRAVÉS DE RESERVA DE RECRUTAMENTO CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO COM A REFERÊNCIA OE202412/0777 (BEP)** - ao abrigo do disposto no art.º 25.º, n.º 5 e n.º 6, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e do art.º 35.º, n.ºs 2, 3 e 4, da Lei n.º 73-A/2025, de 31 de dezembro; -----

----- o) **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAR DOIS ASSISTENTES OPERACIONAIS NA ÁREA DE AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA, PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, ATRAVÉS DE RESERVA DE RECRUTAMENTO CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO COM A REFERÊNCIA OE202412/0783 (BEP)** - ao abrigo do disposto no art.º 25.º, n.º 5 e n.º 6, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e do art.º 35.º, n.ºs 2, 3 e 4, da Lei n.º 73-A/2025, de 31 de dezembro; -----

----- p) **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAR DOIS ASSISTENTES OPERACIONAIS NA ÁREA DE JARDINEIROS / CANTONEIROS DE LIMPEZA, PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, ATRAVÉS DE RESERVA DE RECRUTAMENTO CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO COM A REFERÊNCIA OE202412/0779 (BEP)** - ao abrigo do disposto no art.º 25.º, n.º 5 e n.º 6, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e do art.º 35.º, n.ºs 2, 3 e 4, da Lei n.º 73-A/2025, de 31 de dezembro; ---

----- q) **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAR UM TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE CONTABILIDADE / ECONOMIA, PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, ATRAVÉS DE RESERVA DE RECRUTAMENTO CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO COM A REFERÊNCIA OE202504/0974 (BEP)** - ao abrigo do disposto no art.º 25.º, n.º 5 e n.º 6, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e do art.º 35.º, n.ºs 2, 3 e 4, da Lei n.º 73-A/2025, de 31 de dezembro; -----

----- r) **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAR UM ASSISTENTE TÉCNICO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, ATRAVÉS DE RESERVA DE RECRUTAMENTO CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO COM A REFERÊNCIA OE202504/0953 (BEP)** - ao abrigo do disposto no art.º 25.º, n.º 5 e n.º 6, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e do art.º 35.º, n.ºs 2, 3 e 4, da Lei n.º 73-A/2025, de 31 de dezembro; -----

----- s) **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAR TRÊS ASSISTENTES TÉCNICOS NA ÁREA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS, ATENDIMENTO, PROCESSOS DE LICENCIAMENTO (URBANISMO), PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, ATRAVÉS DE RESERVA DE RECRUTAMENTO CONSTITUÍDA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO COM A REFERÊNCIA OE202504/0968 (BEP)** - ao abrigo do disposto no art.º 25.º, n.º 5 e n.º 6, da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e do art.º 35.º, n.ºs 2, 3 e 4, da Lei n.º 73-A/2025, de 31 de dezembro; -----

----- Na continuidade dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa esclareceu que as alíneas seguintes da Ordem do Dia, n), o), p), q), r) e s), todas para aprovação, correspondiam a pedidos de autorização para recrutamento de recursos humanos, pelo que pediria ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que fizesse a apresentação desses pedidos em bloco, muito embora, posteriormente, a votação fosse efetuada alínea por alínea. -----



Handwritten signature: Oger Diniz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse que os seis pedidos de autorização para recrutamento eram efetuados ao abrigo das bolsas de recrutamento que estão constituídas pelos concursos que decorreram no ano passado, sendo proposto o recrutamento de doze trabalhadores, e mencionou as áreas, conforme constam na Ordem do Dia, tratando-se de uma entrada gradual, ao longo de dois mil e vinte e seis, pretendendo-se que em abril entrem dois assistentes operacionais e dois assistentes técnico, em junho entrem dois assistentes técnicos e cinco assistentes operacionais e em novembro entre um técnico superior. Disse ainda que estes recrutamentos estão previstos no programa de ajustamento municipal e que a projeção efetuada em dois mil e vinte e dois apontava que até dois mil e vinte e cinco saíssem do Município, por reforma, vinte e cinco trabalhadores e acabaram por sair quarenta e a projeção para o presente ano é que saiam mais dez, pelo que se torna necessário continuar a recrutar trabalhadores para fazer face às saídas, mas também ao reforço de algumas áreas, onde existem algumas necessidades e lacunas. Informou ainda que atualmente o Município tem duzentos e dois funcionários e com estas entradas e saídas que estão programadas poderemos chegar ao final do presente ano quase com o mesmo número de trabalhadores, tendo sido pedido um parecer vinculativo prévio ao FAM, pois o Orçamento de Estado assim o exige. -----

----- Após esta explicação, o Senhor Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se havia alguém que quisesse intervir sobre este assunto, tendo-se inscrito a Senhora Deputada Municipal, Carina Victor. -----

----- A Senhora Deputada Municipal, Carina Victor, declarou que a sua bancada queria pedir a retirada, para retificação, destes documentos, porque os que haviam sido enviados por cada ponto não eram os mesmos que constavam da proposta de cabimento. Acrescentou ainda que, inclusive, foram enviados seis documentos por ponto, mas só constam cinco, sendo que o 1219 está repetido na proposta de cabimento e que, quando se fala nas atas, no documento de apoio, indicava-se a data de dois mil e vinte e oito. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, não tendo compreendido bem a questão, pediu à Senhora Deputada Municipal que repetisse o que poderia estar em falta. -----

----- A Senhora Deputada Municipal, Carina Victor, esclareceu novamente que em cada ponto havia sido enviado um documento, e que, por exemplo, o que tinha na mão, número 1249, na primeira proposta de cabimento que acompanha menciona os documentos 1219, 1214 e 1220 e na outra os documentos 1209, 1218 e 1219. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal considerou que se tratava de uma questão técnica, não excluindo algum lapso, ou não estarem os documentos devidamente associados para cada ponto, mas tinha a certeza que se fizeram as respetivas cabimentações, [a Senhora Deputada Municipal reafirmou que os documentos não eram os mesmos], que existia o parecer vinculativo do FAM e propôs que se fizesse posteriormente o preenchimento dessas lacunas. -----

----- Estando a estabelecer-se um diálogo entre a Senhora Deputada Municipal, Carina Victor, e o Senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Presidente da Mesa interveio para dizer que a questão levantada pela Senhora Deputada Municipal não colocava em causa o documento, uma vez que o mesmo, todos os documentos, aliás, eram acompanhados com a autorização do FAM. -----

----- A Senhora Deputada Municipal, Carina Victor, interrompeu e voltou a referir que a proposta de cabimento enviada não era referente aos documentos, ou seja, os valores não deviam ser daqueles documentos, não se sabendo quais seriam. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa dirigiu-se então ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para lhe comunicar que, com a dúvida levantada, os documentos teriam de ser retirados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou que não estava a ver os processos individualmente, apenas viu a informação geral e aquilo que sabia era que tinha sido enviada toda a informação exigida para o FAM, relativamente aos cabimentos, podendo ter havido algum lapso no envio e na conjugação dessa documentação. -----

Obj. 21912

S. R.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Mesa disse depois que a retirada destas alíneas levaria a que viessem na próxima sessão ordinária, ou se convocava uma sessão extraordinária. -----

----- Seguiu-se novamente algum diálogo. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não estava para forçar nada, queria era que as coisas se fizessem com toda a transparência e regularidade. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que estava a perceber a questão da Senhora Deputada Municipal, Carina Victor, e como estava a visionar o documento verificava, efetivamente, que havia uma discrepância na identificação dos documentos, mas parecia-lhe que, sendo uma gralha, se poderia retificar à posteriori. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu para intervir, dizendo que, se lhe fosse permitido, havia na Assembleia dois Deputados Municipais que trabalhavam na Unidade Financeira, o Senhor Deputado Municipal, Nelson Damasceno, e a Senhora Deputada Municipal, Catarina Torres, e a informação que possuía era que até tinha sido o Senhor Deputado Municipal, Nelson Damasceno, que efetuou as cabimentações e ele poderia atestar isso ou não. -----

----- Seguiu-se um período de cerca de três minutos, com conversas na Assembleia, para analisar a situação, nomeadamente pela Senhora Deputada Municipal, Catarina Torres, e pelo Senhor Deputado Municipal, Nelson Damasceno, não ficando qualquer registo na gravação da sessão. -----

----- Depois disso, o Senhor Presidente da Mesa interveio, pediu desculpa pela situação criada e, não havendo dados objetivos que permitissem resolver o problema, propôs à Assembleia que as alíneas em questão fossem retiradas da Ordem do Dia. -----

----- Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal, Orlando Borges, para dar nota de que, se não havia condições para aprovar o assunto, se retirasse, e que da parte da bancada do Partido Socialista não havia problema algum com isso. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que, havendo consenso, como se constatava, não era necessário votar, pelo que **ficavam retiradas da Ordem do Dia as alíneas n), o), p), q), r) e s)** e, posteriormente, a Câmara Municipal decidiria se pretendia que as mesmas fossem a uma sessão extraordinária ou se poderiam voltar a entrar na sessão ordinária de abril, dando de seguida continuidade aos trabalhos. -----

----- **t) PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS URBANÍSTICAS NOS PROCESSOS DE CONTROLO PRÉVIO, NO ÂMBITO DO RJUE, RELACIONADOS COM IMÓVEIS DESTINADOS A HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR** - nos termos dos art.º 25.º, n.º 1, alínea g), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- O Senhor Presidente da Mesa solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que fizesse rapidamente a apresentação deste assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que esta proposta resultava do programa eleitoral do Partido Socialista, sufragado nas últimas eleições e pretendia promover e incentivar o aparecimento de mais habitação no concelho, pois essa é uma questão que tem preocupado nos últimos anos, por não haver oferta. -----

----- Referiu ainda que a Câmara Municipal tem vindo a criar algumas medidas de apoio junto dos particulares para esse fim, nomeadamente com isenções e reduções de taxas urbanísticas nos processos de arquitetura que entram na Câmara,; que houve também áreas de reabilitação urbana na sede do concelho e depois alargadas a todas as aldeias e agora esta proposta prevê a isenção total de taxas urbanísticas na habitação plurifamiliar, pois há uns bons anos que não se constroem no concelho prédios plurifamiliares. Conclui, referindo que era bom que aparecesse mais habitação, que havia algumas vontades e anseios de alguns investidores no concelho para fazer esse investimento e à Câmara Municipal cabia criar as melhores condições para que esses investimentos possam aparecer, tendo esta proposta essa finalidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se alguém pretendia intervir sobre o assunto e, como não houvesse inscrições, colocou o assunto à votação, pelo método regimental de braço no ar, tendo a mesma sido aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa declarou terminada a Ordem do Dia. -----

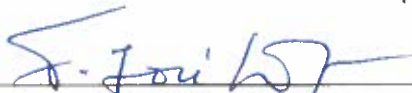
----- **3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** (art.º 24.º e 41.º do Regimento) -----

----- Relativamente a este ponto, o Senhor Presidente da Mesa informou a Assembleia de que tinham sido entregues dois requerimentos para intervenções, uma do Senhor Carlos Augusto Reboredo Videira, que pretendia falar sobre estradas, Igreja e salão paroquial e outra do Senhor Carlos Alberto Simões, que pretendia falar sobre a primeira Assembleia Municipal em Vilarelhos, mas como nenhum destes Municípes se encontrava na sala, daria andamento aos trabalhos, passando a palavra ao Senhor 1.º Secretário, Carlos Alendouro, para proceder à leitura da minuta da ata. -----

----- Terminada a leitura da minuta da ata, o Senhor Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se havia alguma questão a colocar sobre a mesma e, como não houvesse pôs à votação, pelo método regimental de braço no ar, tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que a próxima sessão ordinária se realizaria no dia 25 de abril, em Alfândega da Fé, havendo um momento evocativo da data e deu por encerrada a 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de dois mil e vinte e seis, eram vinte horas e trinta minutos, agradecendo a presença e a colaboração de todas e todos, para que os trabalhos tivessem decorrido com normalidade. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,


(Francisco José Lopes)

O Primeiro Secretário


(Carlos Manuel Gomes Alendouro)

A Segunda Secretária


(Olga da Conceição Almeida Diniz)

Ata aprovada, por maioria, com 23 votos a favor e 1, na sessão da Assembleia Municipal de 25 / 04 / 2026
abstenção

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,


(Francisco José Lopes)

O Primeiro Secretário


(Carlos Manuel Gomes Alendouro)

A Segunda Secretária


(Inês Alexandra Carvalho Herdeiro)

